

Exmos Senhores,

Assunto: **Consulta Prévia para Aquisição de serviços e bens para conceção, design e fornecimento "chave na mão" de conteúdos para o Centro de Interpretação do Rio, no âmbito do projeto "LIFE Águeda (Life16 ENV/PT/000411). - Convite**

Processo: **AP/DF/SERV-31/25**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (doravante, CCP), bem como a demais legislação complementar, o Município de Águeda convida V. Exas a apresentar proposta para a aquisição de serviços mencionada em epígrafe, no âmbito de procedimento por consulta prévia, regulado nos termos dos artigos 112.º a 127.º do referido Código, e de acordo com as condições estabelecidas no caderno de encargos, em anexo.

A consulta prévia com apelo ao disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, tem por base a ausência de recursos próprios da autarquia para proceder à realização de tarefas elencadas no caderno de encargos, no âmbito do objeto contratual em causa.

O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008 é: CPV principal: **71356000 – Serviços técnicos.**

### **1- Entidade adjudicante**

A entidade pública contratante é o **MUNICÍPIO DE ÁGUEDA**, por intermédio da Divisão Administrativa e Financeira, sita na **Praça do Município, 3754-500 Águeda**, com o número de telefone **234 610 077** e de fax **234 610 078** e com o e-mail: [sc-cap@cm-agueda.pt](mailto:sc-cap@cm-agueda.pt).

### **2- Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar, consubstanciada na autorização de abertura de procedimento por ajuste direto previsto nas alíneas e artigos supra referidos, foi determinada por despacho do Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Edson Santos, datado de **28 de fevereiro de 2025**, tomada no uso da competência delegada por despacho n.º 48/2021, de 23 de dezembro, emanado do Sr. Presidente da Câmara Municipal, conforme previsto nas alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 35º e no n.º 2 do artigo 36º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 38.º do CCP.

### **3 - Preço base do procedimento**

3.1 -O preço base do presente procedimento é de **74.500,00 € (setenta e quatro mil e quinhentos euros)**, valor sujeito a IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

3.2- Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi definido pela entidade competente para contratar, tendo por base o trabalho desenvolvido anteriormente, conjugado com o valor máximo que a entidade se dispõe a pagar para realização do objeto do presente procedimento.

### **4 - Disponibilização das peças do procedimento**

4.1 - As peças serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública **acinGov** acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

4.2 - O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. Para efeitos de apresentação de proposta ou envio de notificações/comunicações à entidade adjudicante deverá ser possuidor de um pacote de selos temporais. Para ter acesso à plataforma da acinGov, deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, seleccionar "Adira aqui" (no topo da página).

4.3 - Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário, e no final enviar a documentação solicitada para a acinGov. Para mais informações detalhadas contate o call center da acinGov, através do número 707 451 451.

### **5- Júri do procedimento**

5.1 - O presente procedimento é conduzido por um júri, composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes, designados pela entidade competente para a decisão de contratar.

5.2 - Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à entidade adjudicante, nomeadamente, a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso, a condução da abertura do concurso, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

5.3 - O júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.

5.4 - Em caso de apresentação de uma única proposta o júri fica dispensado das respetivas funções, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo o procedimento conduzido pelos serviços da entidade adjudicante, nos termos do n.º 3 do artigo citado.

### **6 – Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento, apresentação de lista de erros e omissões**

6.1 - **Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas**, os concorrentes podem solicitar, por escrito e dirigir ao Júri, os **esclarecimentos** necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento através da plataforma eletrónica de contratação acinGov, na funcionalidade de **“Pedidos”>“Pedidos de Esclarecimento/Retificação”**.

6.2 - **No mesmo prazo referido no número anterior** os concorrentes devem apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação acinGov na funcionalidade de **“Pedidos”> “Lista de Erros/Omissões”**, utilizando a opção **“Submeter lista de erros e omissões detetadas”** (canto direito), uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões por si detetados, de acordo com o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 50º do CCP.

6.3 - Os esclarecimentos a que se refere o ponto 6.1 serão prestados, por escrito, pelo júri do procedimento até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos previstos no artigo 116º do CCP, através da plataforma eletrónica de contratação acinGov na funcionalidade de “Pedidos” > “Pedidos de Esclarecimento/Retificação”.

6.4 – A entidade competente para a decisão de contratar deve proceder à retificação das peças do procedimento até ao termo do prazo supra referido.

6.5 - **A entidade competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas**, na plataforma eletrónica de contratação acinGov, na funcionalidade “Pedidos” > “Lista de Erros/Omissões”, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites.

6.6 - A entidade competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no ponto anterior.

6.7 - Os esclarecimentos e as retificações, bem como as listas de erros e omissões referidas nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **7 - Prazo e modo de apresentação da proposta**

7.1 - A data limite para a apresentação das propostas é até às **17h00 do 5.º (quinto) dia a contar da data de envio do convite através da plataforma eletrónica.**

Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, os prazos fixados para a apresentação das propostas não se suspende nos sábados, domingos e feriados.

Sempre que a data limite para a apresentação das propostas ocorra aos sábados, domingos e feriados, a entrega das mesmas realizar-se-á no dia útil seguinte.

7.2 - A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, através da plataforma **acinGov**, acessível no sítio eletrónico **www.acingov.pt** devendo cumprir com o disposto nos pontos seguintes:

7.2.1 - Para aceder ao Procedimento, clique em **“Convites”** (canto esquerdo) e aceder ao respetivo procedimento;

7.2.2 - Após aceder ao procedimento e consultar as peças deste, poderá submeter proposta no separador **“Propostas” - “Consultar/Editar Propostas”**. \* Em caso de alguma dúvida, favor contactar o Call Center – 707 451 451.

7.3 - O modo de apresentação das propostas rege-se pelo estipulado no artigo 62º do Código dos Contratos Públicos.

## **8 - Abertura e consulta das propostas**

8.1 - O júri do procedimento procederá à abertura das propostas pelas **9h00m** do dia útil seguinte ao termo do prazo fixado para a sua apresentação, assim como à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica acinGov.

8.2 - Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password* aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica acinGov, de todas as propostas apresentadas.

- a) Para efetuarem a consulta deverão aceder à área dos **“Convites”** e clicar sobre o concurso que pretendem visualizar, expandindo-o.
- b) Os concorrentes acedem ao separador **“Proposta”**, podendo visualizar neste a **“Lista de Concorrentes”** e **“Esclarecimentos sobre as propostas”**.

## **9 - Documentos da proposta**

9.1 - Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo. A proposta será instruída com os seguintes documentos, em formato PDF:

- a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao Código dos Contratos Públicos a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º, na sua redação atual, e que constitui anexo I do presente convite, assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;*
- b) Preço total da proposta;*
- c) Preço unitário de todos os bens e serviços a fornecer por item em mapa de quantidades;*
- d) Proposta de conceito acompanhada de cronograma dos trabalhos a executar;*
- e) Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos serviços/fornecimento proposto;*

*f) Certidão de registo permanente, código de acesso à mesma, ou documento equivalente, que permita conferir o poder de representação e assinatura do assinante da proposta.*

9.2. – Os documentos da proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

**NOTA: Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associar, nos termos e condições estipuladas no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.**

### **10 - Idioma da proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, conforme previsto no artigo 58.º do CCP.

### **11 - Propostas variantes**

11.1 - Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

11.2 - São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

### **12 - Negociação das propostas**

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

### **13 - Prazo de manutenção das propostas**

Os concorrentes obrigam-se a manter a proposta pelo prazo de **66 (sessenta e seis)** dias, contados da data limite para a sua entrega.

### **14 - Critério de adjudicação**

14.1 – O critério de adjudicação tem por base a proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade do monofator, densificado pelo preço, de acordo com o definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP. A adjudicação é feita à proposta do concorrente que apresente o preço mais baixo para a entidade adjudicante.

14.2 - No caso de igualdade de preço das propostas de valor mais baixo, será efetuado um sorteio apenas entre as mesmas, para determinar a que ficará em 1º lugar.

14.3 - O sorteio far-se-á por extração de boletins de papel numerados, dobrados e colocados no interior de um saco, a efetuar pelos concorrentes das propostas de preço igual. A proposta do concorrente que tirar o boletim de papel com o número mais baixo será a vencedora.

### **15 – Análise e avaliação das propostas**

15.1 - Na fase de apreciação das propostas e sempre que o considere necessário para efeitos de análise e da avaliação destas, o júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos e suprimento das propostas apresentadas, fixando prazo para a sua apresentação, nos termos do artigo 72.º do CCP.

15.2 - Na sequência do disposto no número anterior, os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 70.º do CCP.

15.3 - O júri deve solicitar aos concorrentes que no prazo máximo de **2 (dois) dias** procedam ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, nos termos do n.º 3 do artigo 72º do CCP.

15.4 - Na análise das propostas, o júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos na proposta, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deva ser corrigido.

15.5 - Os esclarecimentos e suprimentos das propostas solicitados pelo júri, bem como as respetivas respostas, devem ser disponibilizados a todos os concorrentes.

### **16- Relatório preliminar e audiência prévia**

16.1 - Após a análise das propostas, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no prazo de **três dias**, ordenando-as classificativamente de acordo com os critérios de adjudicação.

16.2 - No relatório mencionado no número anterior o júri deve propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146º do CCP.

16.3 - O relatório preliminar é enviado a todos os concorrentes pelo júri do procedimento, sendo-lhes fixado o prazo de **3 (três) dias**, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo da audiência prévia, nos termos do artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos.

16.4 - Exercido o direito de audiência prévia referido no número anterior, ou decorrido o respetivo prazo, o júri pondera as observações formuladas e elabora relatório final de avaliação das propostas, de acordo com o disposto no artigo 124.º do CCP, que submete à decisão da entidade competente para contratar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

16.5 - Em caso de apresentação de uma única proposta não há lugar a audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, nos termos do artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos.

## **17 - Adjudicação**

17.1 - A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.

17.2 - Caso tenha sido apresentada uma única proposta, a adjudicação é efetuada nos termos do disposto no artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos.

17.3 - A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, conforme a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

17.4 - O número de compromisso deverá constar na fatura a emitir para o pagamento das respetivas despesas inerentes ao presente contrato.

17.5 - Não há lugar à adjudicação quando se verificarem os pressupostos definidos no artigo 79.º do CCP.

17.6 - A decisão de não adjudicação acompanhada dos seus fundamentos deve ser notificada a todos os concorrentes e determina a revogação da decisão de contratar.

## **18 - Notificação da adjudicação, apresentação dos documentos de habilitação**

18.1 - Em conformidade com o disposto no artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos, a decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de avaliação das propostas até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Código dos Contratos Públicos.



18.2 - No prazo máximo de **3 (três) dias úteis** subsequentes à notificação de adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação a que se refere o n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos:

*a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º, na sua redação atual, e que constitui anexo do presente convite, assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;*

*b) Documento comprovativo de situação contributiva regularizada para a segurança social em Portugal, ou consentimento de consulta, nos termos previstos na alínea d) do artigo 55º e no artigo 83º-A do Código dos Contratos Públicos;*

*c) Documento comprovativo de situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal, ou consentimento de consulta, nos termos previstos na alínea e) do artigo 55º e no artigo 83º-A do Código dos Contratos Públicos;*

*d) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código, no caso a **certidão de registo criminal para efeitos de ‘Contratação Pública’**, ou documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, que comprove que aqueles requisitos se encontram satisfeitos, nos termos do artigo 83.º-A do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro (no caso, deverá ser apresentada a **certidão de registo criminal da entidade coletiva e o registo criminal de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções**).*

18.3 – Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar o documento obtido na consulta eletrónica ao **registo central de beneficiário efetivo**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 15º<sup>1</sup>, 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, e a **certificação PME** (emitida pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.), prevista no Decreto-lei nº 372/2007, de 6 de novembro, na sua redação atual.

18.4 - Nos termos do n.º 10 do artigo 81º do CCP, o adjudicatário fica dispensado da apresentação dos documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e h) do n.º1 do artigo 55º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado<sup>2</sup>, disponível em [www.pnfe.impic.pt](http://www.pnfe.impic.pt).

<sup>1</sup>Nos termos do artigo 15º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo: ‘A confirmação da exatidão, suficiência e atualidade da informação constante do RCBE é feita através de declaração anual, (...), até ao dia 31 de dezembro’ de cada ano.

<sup>2</sup>Decreto-lei n.º 72/2018, de 12 de setembro – procede à criação do Portal Nacional dos Fornecedores do Estado (Portal).

18.5 – O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a **5 (cinco) dias úteis**, ao abrigo do n.º 2 do artigo 85º do CCP.

18.6 – Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov. Caso a plataforma se encontre indisponível o adjudicatário deverá apresentar os referidos documentos através de correio eletrónico para o endereço: [sc-cap@cm-agueda.pt](mailto:sc-cap@cm-agueda.pt), fazendo prova da indisponibilidade da apresentação dos referidos documentos na plataforma eletrónica.

18.7 - Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação, indicar à entidade adjudicante o endereço do consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

18.8 - Todos os documentos de habilitação deverão obrigatoriamente ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos noutra língua, sob pena de caducidade da adjudicação.

18.9 - Caso se justifique, para cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 81º do CCP, poderá ser solicitado ao adjudicatário, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da respetiva notificação, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos de titularidade das habilitações legalmente exigidas para execução das prestações do objeto de contrato a celebrar, ainda que tal não conste no presente convite.

18.10 - Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade dos documentos de habilitação, o órgão competente para a decisão de contratar poderá sempre exigir ao adjudicatário para que este apresente, no prazo de **3 (três) dias úteis** os originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

18.11 - O adjudicatário tem **3 (três) dias úteis** para se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, através da plataforma eletrónica acinGov, no separador “**Adjudicação**”, sempre que se verifique um fato que determine a caducidade da adjudicação, designadamente a não apresentação dos documentos de habilitação, de acordo com o previsto nas alíneas a), b) e c), do nº 1 do artigo 86º do Código dos Contratos Públicos.

18.12 - Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º, se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional de, no máximo **3 (três) dias úteis**, para a apresentação dos documentos de habilitação em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

18.13 - Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, o adjudicatário tem um prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, após a notificação da entidade adjudicante, para apresentação dos documentos de habilitação resultantes do suprimento de irregularidades detetadas nos mesmos, que possam levar à caducidade da adjudicação.

18.14 - Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados para consulta de todos os concorrentes, na plataforma electrónica acinGov, nos termos do disposto no artigo 85.º do CCP.

#### **19 - Aprovação e aceitação da minuta do contrato**

19.1 - A entidade adjudicante aprova a minuta de contrato a celebrar em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos.

19.2 - A aprovação da minuta do contrato a celebrar tem por objetivo verificar se o seu conteúdo está conforme à decisão de contratar e a todos os documentos que o integram nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º, sem prejuízo de serem propostos ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do CCP.

19.3 - O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer proposta. Os ajustamentos não podem implicar, em caso algum a violação de parâmetros base fixados no caderno de encargos nem de aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, nem a inclusão de soluções contidas em propostas apresentada por outro concorrente.

19.4 - Nos termos do artigo 100.º do CCP, a minuta do contrato a celebrar é notificada ao adjudicatário, assinalando-se expressamente os ajustamentos propostos nos termos do ponto anterior, se aplicável.

19.5 - A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos previstos nos artigos 101.º e 102.º do CCP.

## **20 - Prestação da caução**

Não é exigida a prestação da caução ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

## **21 - Celebração do contrato**

21.1 - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nos termos do artigo 104.º do CCP, mas nunca antes de apresentados todos os documentos de habilitação exigidos, e confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, se aplicável.

21.2 - Sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP, após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário o local e data em que deve comparecer para a respetiva outorga.

21.3 - O contrato será elaborado em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, mediante utilização de cartão de cidadão, nos termos previstos nos artigos 94.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

21.4 - A adjudicação caduca se, por fato que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para outorga do contrato ou, não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente da decisão de contratar, nos termos do artigo 105.º do CCP.

## **22 - Contagem dos prazos**

22.1 - Os prazos relativos ao procedimento de formação do contrato contam-se em dias úteis e suspendem-se nos sábados, domingos e feriados, nos termos do n.º 1 do artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado como o disposto na alínea c) do artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

22.2 - Os prazos fixados para apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados, nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos.

### **23 - Despesas**

23.1 - Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas constituem encargo dos concorrentes.

23.2 – As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

### **24 - Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação complementar.

Com os melhores cumprimentos.

Águeda e Paços do Concelho, 28 de fevereiro de 2025

***O Vice-Presidente da Câmara Municipal,***

*(competência delegada por despacho n.º 48/2021, de 23 de dezembro)*

*(Dr. Edson Santos)*

AP/DV-FIN/SV-ACP

### ANEXO I - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Contém as alterações dos seguintes diplomas:

- Lei n.º 30/2021 de 21 de maio

## ANEXO II - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Contém as alterações dos seguintes diplomas:

- Lei n.º 30/2021 de 21 de maio